PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1094, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e dá outras providências.
A CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte, LEI
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município de Reserva, aprovado pela Lei Municipal nº 979/2019, de 05 de Dezembro de 2019, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para atender aos seguintes programas:
04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0001. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0004.1 - 002 Reforma, Manutenção e Ampliação de Unidades Escolares
4490.51.0000-0000 – Obras e Instalações R\$ 160.000,00
12.361.0004.2 - 025 Manutenção do Transporte Escolar
4490.52.00.00 – 0000 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 90.000,00
TOTAL R\$ 250.000,00
Art. 2º. Como recursos para cobertura de crédito aberto na forma do artigo anterior serão os recursos resultantes de cancelamentos por fontes de recursos no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), de conformidade com o definido no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, como segue:
04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0001. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0004.2 - 022 Manutenção do Ensino Fundamental – Outros Recursos
3190.11.00.00 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil R\$ 150.000,00
12.361.0004.1 - 011 Incentivo ao Ensino Superior – Transporte Escolar
3390.48.00.00 – 0000 – Outros Auxílios Financeiros – PFR S 100.000,00
TOTAL R\$ 250.000,00
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL 26 DE MARÇO, em 02 de dezembro de 2020.

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1097, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020
Institui o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda e o respectivo Fundo Municipal do Trabalho do Município de Reserva, Estado do Paraná, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE Reserva, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica deste Município, faz saber que a Câmara Municipal de Reserva, Estado do Paraná, APROVA e o Prefeito SANCIONA a seguinte Lei:
CAPITULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA – COMTER
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Reserva, o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - COMTER, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de estabelecer, acompanhar e avaliar a Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, propondo as medidas necessárias para o desenvolvimento e gestão do sistema público de emprego.
Parágrafo único. O Conselho Municipal será vinculado ao órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do Município.
Art. 2º Ao Conselho do Trabalho, Emprego e Renda – COMTER compete:
I - aprovar o seu Regimento Interno;
II - deliberar acerca da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, em consonância à Política Estadual e Nacional do Trabalho, Emprego e Renda;
III - apreciar e aprovar o Plano de Ações e Serviços, a ser encaminhado pelo órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do Município;
IV - acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda do Município, conforme normas e regulamentos vigentes;
V - apreciar e aprovar o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual do órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do município;
VI - apreciar e aprovar relatório de gestão anual que comprove a execução das ações relativas à utilização dos recursos do fundo do trabalho do município;
VII - analisar as tendências do sistema produtivo no âmbito do município e seus reflexos na criação de postos de trabalho;
VIII - participar da elaboração das políticas públicas de fomento e geração de oportunidades de emprego e renda para o jovem no município, de acordo com os critérios definidos pelo CODEFAT- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador demais instâncias de formulação de políticas de trabalho e, especialmente, de primeiro emprego, objetivando a execução das ações integradas de alocação de mão de obra, qualificação profissional, reciclagem de informações sobre o mercado de trabalho e programas de apoio à geração de emprego e renda;
IX - propor medidas alternativas econômicas e sociais, geradoras de oportunidades de trabalho e renda, que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho;
X - articular com instituições e organizações públicas ou privadas, envolvidas com programas de geração de empregos e renda para o jovem, visando à integração das ações;
XI - manter parcerias com entidades de formação profissional, escolas públicas e privadas, universidades, entidades representativas de empregados e empregadores e organizações não governamentais, com vistas ao desenvolvimento de ações de capacitação profissional e assistência técnica;
XII - promover e incentivar a modernização das relações trabalhistas para a juventude, inclusive nas questões de segurança e saúde no trabalho;
XIII - promover a articulação do sistema público de geração de primeiro emprego com as demais ações de políticas públicas para juventude nos âmbitos municipal, estadual e federal;
XIV - sugerir medidas que anulem ou reduzam os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, decorrentes das políticas públicas e das inovações tecnológicas;
XV - acompanhar as ações voltadas para a capacitação de mão de obra e para o aperfeiçoamento profissional, bem como a proposição de subsídios à formulação da política de formação profissional;
XVI - acompanhar e deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados aos programas de emprego e relações de trabalho, no Município, em especial os oriundos do Fundo a Fundo, além de receber e analisar relatórios que poderão ser desenvolvidos com os projetos por ele financiados;
XVII - analisar e emitir parecer sobre o enquadramento de projetos de geração de emprego e renda, capacitação profissional e outros, nas diretrizes e prioridades do Município, bem como o estabelecimento de diretrizes já em concomitância com aquelas assentadas pelo Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;
XVIII - realizar a promoção e o intercâmbio de informações com outros Conselhos Municipais, objetivando a integração e a obtenção de dados orientadores para as suas ações;
XIX - atuar como apoiador do Ministério da Economia, Secretaria do Trabalho, visando o cumprimento do Decreto Federal nº 5.598/2005 e suas alterações que regulamentam a contratação de aprendizes, e, ainda, propor alternativas jurídicas e sociais para garantir os preceitos da legislação trabalhista no que tange as condições de saúde e segurança e exploração do trabalho infantil;
XX - propor intervenções que auxiliem a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, objetivando a viabilização e cumprimento dos dispositivos legais;
XXI - subsidiar, quando solicitado, as deliberações do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - CETER;
Art. 3º O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, alicerçado de forma tripartite e paritária.
§ 1º O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda será composto de no mínimo 9 (nove) e, no máximo 18 (dezoito) membros titulares, em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do executivo municipal.
§ 2º Para cada membro titular haverá um membro suplente pertencente ao mesmo órgão/entidade.
§ 3º Os representantes, titulares e suplentes, dos trabalhadores e dos empregadores serão indicados pelas respectivas organizações, devendo os representantes dos trabalhadores respeitar o determinado no Art. 3º da Lei Federal 11.648 de 2018.
§ 4º Os membros titulares e suplentes, indicados formalmente pelas entidades representativas e pelo município, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, para um período de quatro anos, permitida a recondução.
§ 5º A função de membro do COMTER não será remunerada, sendo considerado relevante serviço prestado ao Município.
§ 6º A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho serão exercidas em sistema de rodízio, entre as bancadas do executivo, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato a duração de 24 (vinte e quatro) meses, sendo vedada a recondução para período consecutivo.
§ 7º No caso de vacância da Presidência, caberá ao Colegiado eleger um novo Presidente para completar o mandato do antecessor, dentre os membros da mesma bancada, garantindo o sistema de rodízio, ficando assegurada a continuidade da atuação do Vice-Presidente até o final de seu mandato.
§ 8º O Secretário-Executivo do Conselho e seu substituto serão designados para a respectiva função, dentre servidores do órgão responsável pela área do trabalho, emprego e renda, cujo ato deverá ser publicado na imprensa oficial local.
§ 9º O órgão responsável pela execução da Política do

Trabalho, Emprego e Renda do Município prestará todo o apoio técnico e administrativo, bem como o local e a infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do Conselho.
Art. 4º A organização e o funcionamento do COMTER serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros efetivos, no prazo máximo de noventa dias, a contar da data de sua instalação.
Parágrafo único. Poderá ser prevista no Regimento Interno a criação de grupos temáticos pelo tempo que o exigirem as necessidades administrativas, programáticas, entre outras.
CAPITULO II
DO MUNICIPAL DO TRABALHO
Art. 5º Fica criado o Fundo Municipal do Trabalho do Município de Reserva - FMT, vinculado ao órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do Município, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de destinar recursos para a gestão da política municipal de trabalho, emprego e renda, em consonância ao Sistema Nacional de Emprego - Sine, nos termos das legislações vigentes.
§ 1º São equivalentes para fins desta Lei as expressões Fundo Municipal do Trabalho do Município de Reserva, Fundo Municipal do Trabalho e a sigla FMT.
§ 2º O FMT será orientado, controlado e fiscalizado pelo Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – COMTER.
Seção I
Dos Recursos do FMT
Art. 6º Constituem recursos do FMT:
I - dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal;
II - os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, conforme o art. 11 da Lei Federal nº 13.667, de 2018;
III - os créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;
IV - os saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo;
V - o superávit financeiro apurado ao final de cada exercício;
VI - recursos oriundos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado, nacionais ou estrangeiras;
VII - doações, auxílios e contribuições que lhe venham a ser destinados;
VIII - outros recursos que lhe forem destinados.
Parágrafo único. Os recursos financeiros destinados ao FMT serão depositados, obrigatoriamente, em conta especial de titularidade do fundo, mantida em estabelecimento bancário oficial, e movimentada pelo órgão responsável pela Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda do Município.
Seção II
Da Aplicação dos Recursos do FMT
Art. 7º Os recursos do FMT serão aplicados em:
I - despesas com a organização, implementação, manutenção, modernização e gestão da rede de atendimento do Sine no Estado do Paraná;
II - fomento ao trabalho, emprego e renda, tais como:
a) instruir o trabalhador à percepção de seguro-desemprego;
b) conectar agentes produtivos para o melhor aproveitamento da mão de obra;
c) cadastrar os trabalhadores desempregados em sistema informatizado acessível ao conjunto das unidades do Sine;
d) promover à certificação profissional, por meio de parcerias com instituições públicas e/ou privadas;
e) promover a orientação e a qualificação profissional;
f) prestar assistência a trabalhadores resgatados de situação análoga a de escravo;
g) fomentar o empreendedorismo, geração de trabalho, emprego e renda, o assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associado;
h) outras ações a serem estabelecidas no Plano Municipal de Ações e Serviços;
III - promoção de alternativas econômicas e sociais, oportunizando o empreendedorismo, o crédito para a geração de trabalho, emprego e renda, e o microcrédito produtivo orientado;
IV - assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associativo;
V - programas e projetos específicos na área do trabalho, por entidades conveniadas, públicas ou privadas, previamente aprovados pelo COMTER;
VI - despesas com o funcionamento do COMTER, exceto as de pessoal;
VII - despesas com o deslocamento, hospedagem e alimentação dos Conselheiros para o exercício de suas funções, assim como para as comissões de trabalho e conferências;
VIII - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos e serviços necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos;
IX - reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de atendimento ao trabalhador;
X - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços no âmbito da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda.
Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do FMT para pagamento de pessoal e gratificações de qualquer natureza a servidor público.
Seção III
Da Administração do FMT
Art. 8º O FMT será administrado pelo órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda do Município, cabendo ao seu dirigente as seguintes competências:
I - exercer a função de ordenador de despesa;
II - praticar todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro ou administração geral;
III - autorizar a instauração e homologação de licitação, dispensa, ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável à matéria;
IV - assinar contratos, convênios e outros instrumentos congêneres de natureza jurídica;
V - autorizar a emissão de notas de empenho, cheques e ordens de pagamento;
VI - encaminhar ao COMTER relatório de execução das atividades, semestralmente;
VII - submeter à apreciação e aprovação do COMTER, o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual;
VIII - encaminhar a prestação de contas anual do FMT aos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente;
IX - exercer outras atividades relacionadas à administração do FMT.
CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º Cabe ao Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, no cumprimento de suas atribuições, aprovar o plano de aplicação e realizar trimestralmente, o acompanhamento físico-financeiro do Fundo Municipal do Trabalho, referentes aos recursos financeiros disponibilizados para operacionalização da Política de Trabalho, Emprego e Renda no município de Reserva e aprovar a aplicação dos seus recursos.
Art. 10 O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação.
Art. 11 Fica revogada a Lei 537, de 23 de setembro de 2013.
Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal 26 de Março, em 02 de dezembro de 2020.

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
Prefeito Municipal de Reserva
Estado do Paraná

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

AUTO POSTO ESTRELA DA AMIZADE LTDA, CNPJ 80.362.189/0001-00, torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação para Posto de Abastecimento e Serviços, em 09/02/2017, LO 29094, válida até 22/11/2020, instalada na Av. Souza Naves, Chapada, Ponta Grossa – PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
AUTO POSTO ESTRELA DA AMIZADE LTDA, CNPJ 80.362.189/0001-00, torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Posto de Abastecimento e Serviços, instalada na Av. Souza Naves, Chapada, Ponta Grossa – PR.

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa

AVISO DE LICITAÇÃO

• **Pregão Presencial n.º 009/2020**
Objeto: Contratação de empresa especializada em **REFORMA DO ESTACIONAMENTO DO CAMPUS CENTRAL DA UEPG**. Valor Máximo: **R\$ 292.414,20** (duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quatorze reais e vinte centavos). Recebimento dos envelopes: até 14h30 do dia 17/12/2020. Início da Sessão Pública do Pregão: às **14h30 do dia 17/12/2020**.

RETIRADA DO EDITAL, PROJETOS E ELEMENTOS INSTRUTORES: será na FAUEPG, sito à Rua Siqueira Campos, n.º 99, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná– Fone 0** (47) 3220-3497 ou 2102-8925, de 2ª a 6ª feira, das 9h30 às 11h30 e das 14h às 17h, ainda, o Edital e seus Anexos com a especificação completa, bem como o resultado de todas as fases desta licitação poderá ser consultado no site www.faupeg.org.br.
Ponta Grossa, 3 de dezembro de 2020.
Sinvaldo Baglie
Presidente da FAUEPG

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1095, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e dá outras providências.
A CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte, LEI
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município de Reserva, aprovado pela Lei Municipal nº 979/2019, de 05 de Dezembro de 2019, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender aos seguintes programas:
01. GABINETE DO PREFEITO
0001 CHEFIA DE GABINETE
04.122.0002.2 - 005 Manutenção do Gabinete do Prefeito
3190.11.00.00 – 0000 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00
Art. 2º. Como recursos para cobertura de crédito aberto na forma do artigo anterior serão os recursos resultantes de cancelamentos por fontes de recursos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de conformidade com o definido no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, como segue:
02. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0001. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2 - 008 Manutenção Da Administração
3190.11.00.00 – 0000 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL 26 DE MARÇO, em 02 de dezembro de 2020.

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1098, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020
SUMULA: DENOMINA O NOME DE RUA SILVIA MENDES DE ARRUDA NA LOCALIDADE DO RIO NOVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
A Câmara Municipal de RESERVA, Estado do Paraná, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte
LEI
Art. 1º Fica denominada RUA SILVIA MENDES DE ARRUDA o nome de Rua que esta sem denominação dentro do bairro do Rio Novo.
Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL 26 DE MARÇO, em 02 de dezembro de 2020.

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 3012, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
Súmula: Determina a lotação do servidor que menciona. O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais dispostas no art. 69 da Lei Orgânica Municipal c/c os artigos 38 e 39 da Lei 039, de 30 de agosto de 1994;
Considerando o aceite expresso da servidora, manifestando sua concordância com a alteração proposta.
RESOLVE
Art. 1º Determinar a lotação da servidora MARLENE TRINDADE CASTANHA, matrícula funcional nº. 21248, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, na SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.
§ 1º. A remuneração do servidor será custeada com recursos da SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.
Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, em 02 de dezembro de 2020.

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2020- CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL - JARDIM MONTE SINAI II.

O presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, convoca as empresas participantes para reabertura da sessão pública, conforme abaixo:
Data: 07 de dezembro de 2020 às 09:00h
Local: Secretária Municipal de Administração – Divisão de Licitações: Rua Tiradentes, n.º 500, Centro, Telêmaco Borba – PR.
A sessão tem por finalidade o prosseguimento do processo licitatório. Considerando que, em razão da Covid-19 o presidente da CPL encontra-se temporariamente afastado, esta sessão poderá ser presidida pelo membro da CPL Celso Roberto Babo Alves Junior. Telêmaco Borba, 03 de dezembro de 2020.
Celso Roberto Babo Alves Junior

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 078/2020 PROCESSO Nº 176/2020
Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para a contratação de pessoa jurídica para Confeção de Carnês de IPTU/2021, conforme requerimento do Departamento de Tributos e Cadastro e parecer da Assessoria Jurídica.
Contratado: SIAP SISTEMA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 09.024.335/0001-14.
Contratante: MUNICIPIO DE RESERVA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO, IMPRESSÃO E MONTAGEM DE 5.000 (CINCO MIL) CARNÊS DE IPTU/2021.
Valor: R\$ 6.350,00 (SEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).
Reserva, 02 de dezembro de 2020.

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 3011, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
Súmula: Determina a lotação do servidor que menciona. O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais dispostas no art. 69 da Lei Orgânica Municipal c/c os artigos 38 e 39 da Lei 039, de 30 de agosto de 1994;
Considerando o aceite expresso da servidora, manifestando sua concordância com a alteração proposta.
RESOLVE
Art. 1º Determinar a lotação da servidora ANA ONISZKI PARTEKA, matrícula funcional nº. 91774, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
§ 1º. A remuneração do servidor será custeada com recursos da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, em 02 de dezembro de 2020.

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO N.º 245/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 078/2020
PROCESSO Nº 176/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RESERVA. CONTRATADA: SIAP SISTEMA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O N.º 09.024.335/0001-14. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO, IMPRESSÃO E MONTAGEM DE 5.000 (CINCO MIL) CARNÊS DE IPTU/2021. VALOR: R\$ 6.350,00 (SEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS). PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2020 a 01/06/2021. FUNDAMENTO: ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. FREDERICO BITTENCOURT HORNING (PREFEITO MUNICIPAL).

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná

FREDERICO BITTENCOURT HORNING
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná